

— RESULTADOS DO PROCESSO PARTICIPATIVO —
DISCUSSÃO PARTICIPATIVA DO PPAG 2020-2023 – EXERCÍCIO 2022

Tema/assunto: Meio Ambiente e Saneamento Básico (PLE nº 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169/2021)

Proponentes: Anderson Souza e Silva (Associação de Desenvolvimento Comunitário e de Agricultura Familiar de Penha do Capim), André Aparecido Fernandes (Conselho de Desenvolvimento Comunitário dos Maias), Anna Crystina Alvarenga (Articulação Mineira de Agroecologia), Antônio Geraldo de Oliveira (Comitê da Bacia Hidrográfica Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba), Antônio Giacomini Ribeiro (Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba), Ariane Roza da Silva (Associação dos Agricultores Familiares de Pescador), Bonito de Minas e Conego Marinho), Bruno Dias Bento (Associação Histórico Cultural Mucury), Cecília Aparecida do Carmo (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Vale do Rio Doce – CRSANS/VRD), Claudia Emilia da Silva Pereira (Associação Comunitária dos Amigos da Pastoral da Criança), Cristina Carrara, Danilo Marinho Lamêgo Borges (Câmara Municipal de Araçuaí), Donizete Gonçalves (Agencia para o Desenvolvimento Integrado e Sustentavel da Serra Geral), Edilson de Rezende Costa (Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSAN Triângulo I), Edmar Araújo Cravo (Sindicato dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais de Januária), Edson Kester, Edvaldo Campos Matos (Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha), Eliomar Moreira do Carmo (Movimento de Representação da Comunidade do Barroso), Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro (Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro), Gabriel Bianconi Fernandes, Giovane de Souza Oliveira (Câmara Municipal de Januária), Guilherme Aguiar Silva (Prefeitura Municipal de Serranópolis de Minas), Ivana Cristina Lovo (Articulação Mineira de Agroecologia), João Paulo de Paiva Ramos (Rede Leste de Bancos de Alimentos), Josefa Cândida da Silva, Luciano Amador dos Santos Júnior (Instituto Auguste de Saint Hilaire), Luís Vinícius Pinto Gouveia (Articulação Mineira de Agroecologia), Luiz Felipe de Paiva Lourenção (Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais), Luiz Roberto Andrade Santos, Marcos Luiz da Cunha Jota (Articulação Mineira de Agroecologia), Marcos Roberto de Mello (Associação dos Produtores Rurais do Córrego Padre Ângelo), Maria Alves de Souza (Cooperativa Raízes dos Vales), Moisés Inácio Franco (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais), Raniene José da Silva, Roberlane Rodrigues dos Santos, Rogério Dias dos Santos Junior, Silvia Martins de Oliveira (Associação dos Moradores Produtores Rurais e Amigos de Cuieté Velho), Wanessa Marinho Assunção (Articulação Mineira de Agroecologia).

Requerimentos com indicações de projetos e atividades

PLE	Requerimento (número)	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta
162	9.911	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.	Ofício Segov 69/2022 Em resposta ao requerimento, em 23 de fevereiro de 2022, o Secretário de Estado de Governo afirma que o processo de discussão participativa do PPAG realizado pela ALMG em 2021 teve o acompanhamento de representantes da Subsecretaria de Articulação Institucional, subordinada à Segov, que estiveram atentos a todas as demandas apresentadas pela sociedade civil para incorporá-las aos instrumentos legais de planejamento governamental, respeitando as normas em vigor e os princípios da Administração Pública.
Projetos/Atividades:			
<p>Projeto / Atividade – Instalação de três plataformas de monitoramento hidrometeorológico do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade para medição da qualidade e quantidade de água, a fim de identificar os conflitos pelo uso da água na região, bem como monitorar a presença de agrotóxicos nas águas. Regionalização: Estadual Valor: R\$156.000,00 Categoria Econômica da Despesa: capital Sugestão de remanejamento: Ação 4265 – Monitoramento Hidrometeorológico – UO: Igam.</p> <p>Projeto / Atividade – Realizar o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de contaminação por mercúrio e outros contaminantes derivados do garimpo. Regionalização: Estadual</p>			

Valor: R\$168.000,00

Categoria Econômica da Despesa: corrente

Sugestão de remanejamento: Ação 4265 – Monitoramento Hidrometeorológico – UO: Igam.

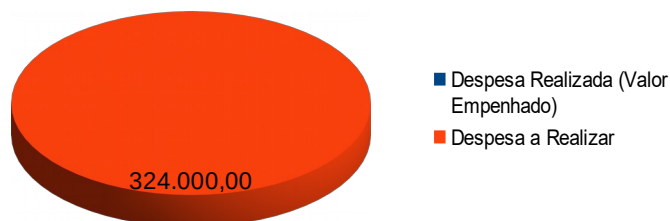
Monitoramento dos projetos e atividades indicados						
Programa no PPAG: 91 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS (PLE nº 162/2021)						
Ação no PPAG (número e nome)	Órgão/entidade responsável (UO)	Valor total das indicações (R\$1,00)	Execução orçamentária – jan a 20 de outubro/2022			
			(crédito autorizado) (R\$1,00)	Despesa realizada (valor empenhado)	% da despesa realizada sobre o valor total da emenda	Justificativa de execução e demais informações
4265 – Monitoramento Hidrometeorológico	Igam	324.000,00	324.000,00	0,00	0,00	
Projeto/Atividade		Valor indicado por projeto/atividade (R\$1,00)	(crédito autorizado) (R\$1,00)	Despesa realizada (valor empenhado)	% da despesa realizada sobre o valor total da emenda	Justificativa de execução e demais informações
Instalação de três plataformas de monitoramento hidrometeorológico do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade para medição da qualidade e quantidade de água, a fim de identificar os conflitos pelo uso da água na região, bem como		156.000,00	156.000,00	0,00	0,00	

PPAG₂₀₂₀

DISCUSSÃO PARTICIPATIVA 2023

monitorar a presença de agrotóxicos nas águas.					
Realizar o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de contaminação por mercúrio e ou outros contaminantes derivados do garimpo.	168.000,00	168.000,00	0,00	0,00	

Percentual de execução das emendas do Programa 91 - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS



Requerimentos com indicações de projetos e atividades

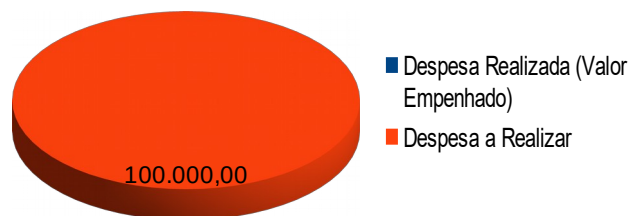
PLE	Requerimento (número)	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta
165	9.924	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.	<p>Ofício Segov 69/2022</p> <p>Em resposta ao requerimento, em 23 de fevereiro de 2022, o Secretário de Estado de Governo afirma que o processo de discussão participativa do PPAG realizado pela ALMG em 2021 teve o acompanhamento de representantes da Subsecretaria de Articulação Institucional, subordinada à Segov, que estiveram atentos a todas as demandas apresentadas pela sociedade civil para incorporá-las aos instrumentos legais de planejamento governamental, respeitando as normas em vigor e os princípios da Administração Pública.</p>
Projetos/Atividades:			
<p>Projeto / Atividade – Construção de um viveiro de mudas na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localiza no Município de Machado, voltado para o cultivo de mudas de espécies nativas da região, para a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas e, ainda, a criação do espaço denominado Sala Verde, destinado à realização de atividades de educação ambiental.</p> <p>Regionalização: RI Varginha Valor: R\$100.000,00 Categoria Econômica da Despesa: despesa corrente Sugestão de remanejamento: Ação 4276 – Recuperação Ambiental – UO: Instituto Estadual de Florestas – IEF</p>			

Monitoramento dos projetos e atividades indicados

Programa no PPAG: 104 - PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, DA FAUNA E DA BIODIVERSIDADE FLORESTAL (PLE nº 165/2021)

Ação no PPAG (número e nome)	Órgão/ entidade responsável (UO)	Valor total das indicações (R\$1,00)	Execução orçamentária – jan a 20 de outubro/2022			
			(crédito autorizado) (R\$1,00)	Despesa realizada (valor empenhado)	% da despesa realizada sobre o valor total da emenda	Justificativa de execução e demais informações
4276 – Recuperação Ambiental	IEF	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	
Projeto/Atividade		Valor indicado por projeto/ atividade (R\$1,00)	(crédito autorizado) (R\$1,00)	Despesa realizada (valor empenhado)	% da despesa realizada sobre o valor total da emenda	Justificativa de execução e demais informações
Construção de um viveiro de mudas na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localiza no Município de Machado, voltado para o cultivo de mudas de espécies nativas da região, para a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas e, ainda, a criação do espaço denominado Sala Verde, destinado à realização de atividades de educação ambiental.		100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	

Percentual de execução das emendas do Programa 104 - PROTEÇÃO DAS ÁREAS AMBIENTALMENTE CONSERVADAS, DA FAUNA E DA BIODIVERSIDADE FLORESTAL



Requerimentos com indicações de projetos e atividades

PLE	Requerimento (número)	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta
166	9.931	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para a execução dos projetos e das atividades que especifica, demandados pela população e resultantes do processo de discussão participativa da revisão do PPAG 2020-2023 para o exercício 2022, no âmbito da Ação 2044 – Atendimento às Demandas da Participação Cidadã.	Ofício Segov 69/2022 Em resposta ao requerimento, em 23 de fevereiro de 2022, o Secretário de Estado de Governo afirma que o processo de discussão participativa do PPAG realizado pela ALMG em 2021 teve o acompanhamento de representantes da Subsecretaria de Articulação Institucional, subordinada à Segov, que estiveram atentos a todas as demandas apresentadas pela sociedade civil para incorporá-las aos instrumentos legais de planejamento governamental, respeitando as normas em vigor e os princípios da Administração Pública.
Projetos/Atividades:			
Projeto / Atividade – Implantação de 100 unidades de sistemas integrados de tratamento de esgoto em áreas rurais (50 para a bacia do Rio Doce e 50 para Jequitinhonha), utilizando tecnologias sociais, nos municípios da bacia do Rio Doce e Jequitinhonha, sendo priorizados os municípios de menor IDH. Regionalização: Estadual Valor: R\$500.000,00 Categoria Econômica da Despesa: corrente Sugestão de remanejamento: Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – UO: Semad			
Projeto / Atividade – Elaboração de projetos de saneamento rural visando a descontaminação/despoliuição das águas da Represa de Furnas e dos Rios Verde e Machado. Regionalização: Estadual Valor: R\$450.000,00 Categoria Econômica da Despesa: corrente			

Sugestão de remanejamento: Ação 4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento – UO: Semad

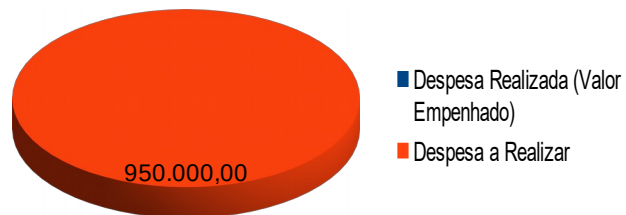
Monitoramento dos projetos e atividades indicados						
Programa no PPAG: 120 - GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO (PLE nº 166/2021)						
Ação no PPAG (número e nome)	Órgão/entidade responsável (UO)	Valor total das indicações (R\$1,00)	Execução orçamentária – jan a 20 de outubro/2022			
			(crédito autorizado) (R\$1,00)	Despesa realizada (valor empenhado)	% da despesa realizada sobre o valor total da emenda	Justificativa de execução e demais informações
4321 – Promoção das Políticas Públicas de Saneamento	Semad	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	
Projeto/Atividade		Valor indicado por projeto/atividade (R\$1,00)	(crédito autorizado) (R\$1,00)	Despesa realizada (valor empenhado)	% da despesa realizada sobre o valor total da emenda	Justificativa de execução e demais informações
Implantação de 100 unidades de sistemas integrados de tratamento de esgoto em áreas rurais (50 para a bacia do Rio Doce e 50 para Jequitinhonha), utilizando tecnologias sociais, nos municípios da bacia do Rio Doce e Jequitinhonha, sendo priorizados os municípios de menor IDH.		500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	
Elaboração de projetos de saneamento rural visando a		450.000,00	450.000,00	0,00	0,00	

PPAG²⁰²⁰

DISCUSSÃO PARTICIPATIVA 2023

descontaminação/despolição das águas da Represa de Furnas e dos Rios Verde e Machado.					
---	--	--	--	--	--

Percentual de execução das emendas do Programa 120 - GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO



Requerimentos

PLE	Requerimento (número)	Destinatário	Ementa (conteúdo do requerimento)	Resposta
162	9.914	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, no âmbito da Ação 4547 – Monitoramento da Qualidade da Água –, realize o monitoramento mensal das águas do Rio Jequitinhonha, com a finalidade de identificar o grau de sua contaminação por mercúrio e outros contaminantes derivados do garimpo.	Ofício IGAM/GAB nº. 95/2022 Em sua resposta, o Igam esclarece que a rede de monitoramento na calha do Rio Jequitinhonha é composta por 14 pontos, nos quais são analisados, trimestralmente, 60 parâmetros de qualidade de água, incluindo o mercúrio, e semestralmente, metais em sedimentos. A resposta compartilha os links do Igam e do Portal InfoHidro, que contém as tabelas e relatórios gerados a partir do monitoramento, bem como apresenta uma planilha com a série histórica deste monitoramento. O Instituto informa, ainda, que não conta com estrutura laboratorial e de coleta das amostras, sendo o monitoramento realizado por meio de contratação de serviços. Não obstante, em atendimento ao pleito, o Igam esclarece que na próxima licitação, a ser realizada no segundo semestre de 2022, será previsto o monitoramento mensal das águas neste curso d'água, nos 14 pontos de interesse, bem como a implantação de novos pontos, após o mapeamento dos locais de garimpo, caso necessário. Por fim, o Igam informa que o monitoramento mensal destes pontos deverá ser iniciado em 2023 e solicita

				que, caso exista algum relatório ou estudo contendo o mapeamento dos locais de garimpo, o mesmo seja enviado a este Instituto.
162	9.915	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja dada atenção especial à gestão das áreas de conflito pelo uso dos recursos hídricos nas sub-bacias hidrográficas do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade.	Ofício Igam 5/2022 Em sua resposta, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam - informa que não é possível garantir, a priori, a seleção de algum município ou região na execução do Programa Somos Todos Água, uma vez que essa escolha é definida por análise de multicritérios. Assim, embora o Instituto reconheça a situação de escassez em que se encontram os corpos hídricos da região, não há como garantir que as sub-bacias hidrográficas do Córrego Bebedouro, do Ribeirão Douradinho e do Rio Piedade serão contempladas pelo referido Programa. O Igam esclarece também, que a adoção de áreas prioritárias é uma premissa do referido Programa e que oportunamente haverá a criação de um banco de projetos executivos para as áreas prioritárias, contendo diretrizes, metas e ações por bacia hidrográfica. O Igam informa, por fim, que está em curso a licitação para contratação da consultoria que irá elaborar os estudos para o diagnóstico da segurança hídrica do Estado, a fim de subsidiar a identificação das áreas prioritárias e a construção dos respectivos bancos de projetos executivos.
162	9.916	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam	Ofício Igam 101/2022 Em resposta, a representante do Igam informou que a bacia hidrográfica do Alto Jequitinhonha será contemplada no Plano Mineiro de Segurança Hídrica (PMSH), no qual haverá planejamento, estudos e levantamento para o diagnóstico de segurança hídrica do estado de Minas Gerais.

			realizadas ações voltadas para o combate à contaminação por agrotóxicos.	
162	9.917	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, sejam promovidas atividades de recuperação e conservação das nascentes e de construção de barramentos de pequeno ou médio porte nos afluentes do Rio Araçuaí, com objetivo de promover o controle de vazão nesse curso d’água.	Memorando Igam 3/2022 Em resposta datada de 14/3/2022, o Igam descreve os objetivos e a metodologia de implementação do Programa Somos Todos Água e informa que, no momento, o programa se encontra em fase de licitação para contratação da consultoria que elaborará o diagnóstico da segurança hídrica do Estado, que, por sua vez, subsidiará a identificação das áreas prioritárias para intervenção e a construção dos respectivos bancos de projetos executivos. Nesse contexto, embora reconheça a situação de escassez em que se encontram os corpos hídricos da região, ressalta não ser possível garantir, a priori, que os afluentes do Rio Araçuaí serão contemplados pelo programa.
162	9.919	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4054 – Elaboração e Implementação do Programa Estratégico de Segurança Hídrica e Revitalização das Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (Somos Todos Água) –, seja analisada a viabilidade de elaboração de estudo técnico para recuperação ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí.	Ofício Igam 100/2022 Em resposta, a representante do Igam informou que o Programa Somos Todos Água encontra-se atualmente na fase de execução da licitação para contratação da consultoria que irá elaborar os estudos e os levantamentos que permitirão compreender a atual situação do estado de Minas Gerais em relação à segurança hídrica, a fim de subsidiar a identificação das áreas prioritárias e a construção dos respectivos bancos de projetos executivos. Ressaltou, assim, que a bacia hidrográfica do rio Araçuaí estará contemplada na fase de diagnóstico da situação hídrica do estado, embora a abrangência dos bancos de projetos executivos se restringirá apenas às regiões

				consideradas prioritárias pela abordagem multicritérios.
162	9.920	Seapa	Requer seja encaminhado à secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações consubstanciadas nos documentos que atestem a regularidade fundiária da Barragem do Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.	Ofício Seapa 31/2022 Em resposta, a Seapa afirma que está trabalhando em conjunto com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, a fim de realizar os estudos necessários a regularização fundiária do imóvel onde se encontra implantada a Barragem Mosquito e que, tão logo se proceda a regularização fundiária do empreendimento barragem Mosquito, encaminhará a documentação.
164	9.923	Igam	Requer seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam – pedido de providências para que, na execução da Ação 4390 – Elaboração e Atualização dos Instrumentos de Planejamento de Recursos Hídricos –, do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2020-2023, seja elaborado o enquadramento dos seguintes cursos d'água: Rio da Prata/Tijuco, da nascente do Rio Piracanjuba até a foz (49°51'42,667"w 18°48'24,006"s); Rio Tijuco, da nascente até a foz (50°5'5,584"w 18°39'55,832"s); e Rio Arantes, da nascente até a foz (50°44'33,564"w 19°12'57,832"s).	Ofício Igam 96/2022 Em sua resposta, o Igam informa que no âmbito da Ação 4390 não há previsão para a contratação dos enquadramentos demandados, assim como não há capacidade operacional da equipe para fazer uma nova contratação. Ademais, o Instituto esclarece que conforme previsto na Deliberação Normativa COPAM-CERH nº 06/2017, o enquadramento deve considerar a totalidade da bacia hidrográfica, mesmo que seja possível determinar classes diferenciadas por trecho de um mesmo corpo de água. Neste sentido, o Igam informa que o enquadramento a ser contratado oportunamente deve contemplar a Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba (PN3).
165	9.925	IEF	Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a quitação do passivo do Programa Bolsa Verde referente aos editais	Memorando IEF 37/2022 O Instituto Estadual de Florestas - IEF - informou que de 2018 a 2021 não foram efetuados pagamentos do Programa Bolsa Verde aos beneficiários cadastrados, mas que já houve a

			abertos nos anos de 2010 e 2011, bem como para que estude a possibilidade de abertura de novos editais do programa.	retomada dos pagamentos nos termos de acordo firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Semad -, a Secretaria de Estado da Fazenda - SEF - e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG. No total seriam necessários R\$ 23.033.780,01 para quitar toda a dívida dos editais de 2010 e 2011. A entidade alega dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado para justificar o atraso. Para o ano de 2022 o IEF planeja realizar todas as vistorias pendentes e contar com a liberação, já solicitada, dos recursos para quitação dos débitos com os proprietários e posseiros rurais. Por fim, o instituto informa que apenas será discutido o lançamento de novos editais após a regularização dos pagamentos em atraso dos editais ainda não quitados.
165	9.926	IEF	Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para a recuperação da vegetação no entorno da barragem localizada no Rio Mosquito, no Município de Serranópolis.	Ofício IEF 30/2022 O Instituto Estadual de Florestas - IEF - informou que as ações de fomento florestal se vinculam ao Programa de Regularização Ambiental - PRA – que, por sua vez, contempla etapas de cadastro e análise das propriedades (Cadastro Ambiental Rural - CAR), construção e execução do Projeto de Recuperação Ambiental e, por fim, monitoramento para avaliação da evolução da restauração dessas áreas. Dessa forma, o IEF não executa ações de plantio, revegetação ou recuperação de áreas, uma vez que essas ações são de responsabilidade de particulares ou dos municípios, mas realiza a doação de mudas produzidas em viveiros próprios e presta assistência técnica para o plantio. No caso específico da área do entorno da barragem do rio Mosquito, os viveiros de Janaúba e de Montes Claros poderiam fornecer mudas.

				<p>Em Minas Gerais, o Programa de Regularização Ambiental está na fase do CAR e a próxima etapa será o levantamento dos dados e passivos declarados no cadastro, o que incluiria a região do rio Mosquito.</p> <p>Diante das informações prestadas a entidade se comprometeu a iniciar um trabalho de sensibilização quanto as ações de recuperação na região do entorno da barragem em articulação com o município, de forma a permitir que a região seja priorizada no recebimento de mudas de espécies nativas.</p> <p>Por fim, o IEF forneceu dois contatos na sua unidade de Montes Claros caso haja interesse dos demandantes.</p>
165	9.927	IEF	<p>Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para que estude a viabilidade de executar ações de preservação das nascentes e de recuperação da mata ciliar da Bacia do Rio Machado.</p>	<p>Ofício IEF 32/2022</p> <p>Em resposta, o representante do IEF anexou 4 memorandos. No anexo 1, destacou a existência de um viveiro florestal no município de Machado que realiza a doação de mudas. O anexo 2 contém encaminhamento da demanda à Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade - UFRBio Sul para promover articulação e orientação referente às ações de fomento e de adesão ao Programa de Regularização Ambiental - PRA - na área da Bacia do Rio Machado. No anexo 3, a Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas explicou detalhadamente sobre o Fomento Florestal e esclareceu que a região da bacia do Rio Machado está incluída na etapa de implementação do PRA de levantamento de dados e passivos declarados no Cadastro Ambiental Rural - CAR - e a realização de busca ativa para estimular os agricultores a aderirem voluntariamente ao PRA, com o objetivo de regularizarem em suas propriedades o passivo ambiental em APPs e Reservas Legais. Por fim, no anexo 4, o</p>

				representante do gabinete do IEF destacou que, no caso de propriedades privadas, embora o IEF não execute ações de preservação de nascentes e de recuperação da mata ciliar com vistas à recuperação dessas áreas, uma vez que tais ações são de responsabilidade de particulares, ou eventualmente do próprio município, no caso de propriedade do Poder Público local, o Instituto se coloca à disposição para auxiliar no que for necessário, no âmbito de suas competências.
165	9.929	IEF	Requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para o desenvolvimento de projetos ambientais na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, em especial a construção de um viveiro de mudas de espécies nativas da região e a realização de ações de semeadura, de plantio de mudas e de cercamento de áreas protegidas, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental – para esse fim.	Memorando IEF 59/2022 O Instituto Estadual de Florestas - IEF - destacou as ações empreendidas no âmbito da política de fomento florestal, que envolve desde a assistência técnica prestada pelas unidades regionais deste Instituto até a doação de mudas e insumos aos produtores rurais interessados em recuperar suas áreas. Para tanto, o IEF possui viveiros, inclusive um no município de Machado, que este Instituto colocou à disposição da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro para articulação das ações demandadas no pleito e convidou a Escola a somar esforços para efetivação do Programa de Regularização Ambiental - PRA -, ao qual se vinculam as ações de fomento florestal. Sobre as ações de semeadura, plantio de mudas e cercamento de áreas protegidas, o IEF se comprometeu a remeter o pedido de priorização para a Unidade Regional de Floresta e Biodiversidade (UFRBIOs Sul), solicitando a articulação com a Escola, por meio da gerência da Área de Preservação Ambiental - APA do Rio Machado.
165	9.930	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências	Ofício Semad 60/2022 Em sua resposta, a Semad destacou as ações empreendidas no âmbito da política de fomento florestal desenvolvida pelo IEF,

			<p>para que estude maneiras de apoiar a Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, localizada no Município de Machado, na criação de uma Sala Verde, espaço destinado à realização de ações de educação ambiental, tendo em vista o aporte de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) na Ação 4276 – Recuperação Ambiental –, de responsabilidade do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, voltada para a criação de um viveiro de mudas e para a implantação da referida Sala Verde.</p>	<p>que envolve desde a assistência técnica prestada pelas unidades regionais do IEF até a doação de mudas e insumos aos produtores rurais interessados em recuperar suas áreas. Para tanto, o IEF possui viveiros, inclusive um no município de Machado. A entidade colocou o viveiro de Machado à disposição da Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro. Sobre a criação da Sala Verde, a Diretoria de Educação Ambiental e Relações Institucionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad -, informa que, em relação às atividades de educação ambiental em escolas, informamos que foi lançado o Edital Semad nº 02/2021, que teve como objeto a seleção de municípios para celebração de parceria com a Semad, com o objetivo de implementar o Projeto Jovens Mineiros Sustentáveis, projeto de educação ambiental e humanitária, que irá desenvolver as temáticas de consumo consciente de água e energia, cidadania, gestão sustentável de resíduos sólidos e educação humanitária em bem-estar animal, em escolas da rede municipal de ensino, contemplando alunos do ensino fundamental. Por meio do Edital foram selecionados 70 municípios. Assim, a secretaria poderia contribuir com a construção de atividades de educação ambiental da Sala Verde na Escola Estadual Paulina Rigotti de Castro, nos moldes do Projeto Jovens Mineiros Sustentáveis.</p>
166	9.932	Semad	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 –</p>	<p>Memorando Semad 64/2022 Em sua resposta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - informa que, embora reconheça a importância dos sistemas demandados, não</p>

			<p>Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de 1.000 fossas de evapotranspiração ou outros sistemas integrados de tratamento de esgotos que utilizem tecnologia social, nas áreas rurais dos municípios da Região Intermediária de Montes Claros, com prioridade para os municípios de menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.</p>	<p>foram previstos recursos na Lei Orçamentária Anual para atendimento ao pleito, no ano de 2022. A Secretaria esclarece que, por meio de sua Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, vem desenvolvendo programas, projetos e ações para orientar os municípios na implantação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2022 será realizado o Chamamento Público de Projetos para a implementação de serviços e infraestruturas de saneamento básico, através dos Editais de Banco de Projetos e de Saneamento Rural, que serão divulgados no portal desta secretaria e para os quais todo os municípios do Estado poderão participar. Por fim, a Secretaria informa que está em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.884/2021, que institui as Unidades Regionais de Saneamento Básico no Estado e que é fundamental que os municípios da Região Intermediária de Montes Claros avaliem o projeto e articulem a prestação dos serviços da forma proposta, para alcançar viabilidade técnica e sustentabilidade econômica.</p>
166	9.933	Semad	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para que a implementação das Unidades Regionais de Saneamento Básico no Estado, em atendimento ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei Federal nº 14.026/2020), seja feita de forma a serem respeitados os elementos e os princípios do Direito Humano à Água e ao Esgotamento Sanitário – DHAES – e</p>	<p>Memorando Semad 77/2022 Em sua resposta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - esclarece vários aspectos relativos ao Projeto de Lei nº 2.884/2021, que estabelece as unidades regionais de saneamento no Estado. Para cada uma das demandas listadas no requerimento, a resposta cita um trecho do referido projeto, que poderia, em tese, comprovar o atendimento aos pleitos. Não obstante, a resposta não apresenta uma análise das demandas e os trechos citados não garantem o atendimento de alguns</p>

		<p>para que sejam comparados o modelo de regionalização adotado no Estado com outros no País, com foco na inclusão das populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais. Especificamente, solicita-se atenção especial para as seguintes questões: 1) incluir os diversos grupos sociais nos processos decisórios; 2) atentar para os impactos da regionalização sobre a aplicação das tarifas sociais e a proteção dos usuários em maiores condições de vulnerabilidade; 3) verificar como as empresas poderiam ampliar o acesso da população rural e da população urbana em condições de vulnerabilidade aos serviços de água e esgotos; 4) verificar como os municípios com maior índice de vulnerabilidade estão inseridos nos arranjos regionais em Minas Gerais e nos outros modelos de regionalização no País; 5) verificar como os municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – e as populações em situação de vulnerabilidade, em especial as populações rurais, estão incluídas nos processos decisórios das unidades regionais; 6) verificar como as prestadoras podem garantir o acesso das populações vulnerabilizadas aos serviços de abastecimento de água e esgotamento</p>	<p>pleitos, em especial, aos relativos à inclusão da população em situação de vulnerabilidade.</p>
--	--	--	--

			sanitário, em especial as populações rurais.	
166	9.934	Coponor	Requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A – Copanor – pedido de providências para que sejam ampliados os serviços de coleta e tratamento de esgoto nos municípios do Vale do Jequitinhonha, em especial nos que estão localizados às margens dos Rios Jequitinhonha e Araçuaí.	Ofício Copanor 003/2022 Em sua resposta, a Copanor informa que os valores repassados anualmente por meio do subsídio inter-regional, instrumento que visa alocar na tarifa da Copasa recursos para garantir gastos em manutenção e investimentos nesta subsidiária, não são suficientes para atendimento dos compromissos firmados em seus contratos. A Copanor esclarece ainda, que para fazer frente aos desafios vem buscando antecipar obras em cidades localizadas nas bacias dos rios Jequitinhonha e Araçuaí, mas sempre condicionada ao repasse do referido subsídio. Neste sentido, a Copanor informa que a previsão desse subsídio foi suprimida com entrada em vigor no Novo Marco Legal do Saneamento Básico e que o mesmo vem sendo mantido de forma provisória, conforme prevê a Nota Técnica 8/2021 da Arsae-MG e o Parecer Jurídico nº 16.282/ 2020, da Advocacia-Geral do Estado. Por fim, a Copanor esclarece que mesmo diante das dificuldades e da falta de recursos vem se planejando para em 2022 investir na implantação e ampliação de sistemas de água e esgoto nas localidades Rio do Prado, São Pedro do Jequitinhonha, Santa Maria do Salto, Umburatiba e Felisburgo, que pertencem às bacias citadas no pleito.
166	9.935	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –Semad – pedido de providências para que apoie a organização, o fomento e a qualificação das	Memorando Semad 11/2022 A Semad, por meio do Centro Mineiro de Referência em Resíduos - CMRR -, destacou o papel dos catadores de materiais recicláveis e informou que vem atuando no apoio e na promoção do fortalecimento das cooperativas e

			organizações de catadores de material reciclável de base rural, de modo que possam ser beneficiadas futuramente com o incentivo do Bolsa Reciclagem.	associações de catadores, com destaque para treinamentos. Diante do pedido, o CMRR se comprometeu a traçar um plano de ação para alcançar as associações ainda não cadastradas no Bolsa Reciclagem. Por fim, destacou que o programa não faz distinção entre associações localizadas em zona urbana e zona rural.
166	9.936	Semad	Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável –Semad – pedido de providências para que, no âmbito do Programa 120 – Gestão Ambiental e Saneamento, avalie a viabilidade da implantação de sistemas integrados de saneamento rural nas comunidades quilombolas e indígenas da região do Vale do Mucuri, por meio das seguintes tecnologias sociais já testadas nessa região: Fossa Séptica Biodigestora ou Evapotranspiradora e Círculo de Bananeiras.	Memorando Semad 65/2022 Em sua resposta a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - informa que, embora reconheça a importância dos sistemas demandados, não foram previstos recursos na Lei Orçamentária Anual para atendimento ao pleito, no ano de 2022. A Secretaria esclarece, que por meio de sua Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, vem desenvolvendo programas, projetos e ações para orientar os municípios na implantação de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2022 será realizado o Chamamento Público de Projetos para a implementação de serviços e infraestruturas de saneamento básico, através dos Editais de Banco de Projetos e de Saneamento Rural, que serão divulgados no portal desta secretaria e para os quais todo os municípios do Estado poderão participar. Por fim, a Secretaria informa que está em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei nº 2.884/2021, que institui as Unidades Regionais de Saneamento Básico no Estado e que é fundamental que os municípios do Vale do Mucuri avaliem o projeto e articulem a prestação dos serviços da forma proposta, para alcançar viabilidade técnica e sustentabilidade econômica.

168	9.955	Idene	<p>Requer seja encaminhado Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Idene – pedido de providências para que seja dada especial atenção ao atendimento de demandas dos 15 municípios da Serra Geral, no semiárido mineiro, na execução da Ação 4095 – Implantação de Cisterna de Consumo –, referente à instalação de cisternas para reservação de água para consumo humano, além de cisternas de placas e cisternas de telhadão, de uso geral.</p>	<p>Ofício Idene 175/2022</p> <p>Em ofício datado de 27/4/2022, o Idene informa que a execução da Ação 4095 não conta com recursos próprios do Idene, mas que o instituto empreende esforços para a instalação de cisternas por meio de parceria com o governo federal. Na oportunidade, destaca sua atuação no combate à seca e na viabilização do acesso à água para a população do Norte e do Nordeste de Minas Gerais por meio da implantação de poços artesianos, de Sistemas Integrados de Abastecimento de Água (SIAAs), de Sistemas Coletivos de Abastecimento de Água e de instrumentos de captação e retenção de águas pluviais.</p>
169	9.956	Seinfra	<p>Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra – pedido de providências para que analise a viabilidade de elaboração de projetos para construção de bacias de retenção de cheias (piscinões) nas bacias hidrográficas das regiões do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba, com o objetivo de amortecer as vazões das cheias e garantir a oferta adequada de água em qualidade e quantidade.</p>	<p>Ofício Seinfra 61/2022</p> <p>Em resposta datada de 22/2/2022, a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade - Seinfra - informa que atualmente não há disponibilidade de recursos no orçamento da pasta para atendimento à solicitação, mas que a demanda foi registrada e será avaliada oportunamente para futuras captações de recursos.</p>